

STJ00109658

**NILSITON ARAGÃO**

**EXECUÇÃO  
CIVIL**

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2019 by Nilsiton Aragão

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

AR659e

Aragão, Nilsiton  
Execução civil / Nilsiton Aragão. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.  
492 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 449-466.

ISBN 978-85-519-1651-3

1. Código de Processo Civil. 2. Cumprimento de sentença. 3. Processo  
de execução. 4. Execução. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Capítulo 1 – Introdução à execução jurisdicional.....	1
1.1 Tutela jurisdicional executiva .....	1
1.1.1 Distinções necessárias .....	3
1.1.2 A execução e os direitos a uma prestação.....	5
1.1.3 Cognição executiva.....	6
1.2 Formas de execução .....	8
1.3 Classificações das execuções.....	10
1.4 Estruturação normativa das execuções no CPC.....	12
Capítulo 2 – Normas fundamentais .....	15
2.1 Normas fundamentais do processo aplicáveis à execução .....	15
2.1.1 Contraditório.....	16
2.1.2 Boa-fé processual .....	17
2.1.3 Cooperação.....	19
2.1.4 Proporcionalidade .....	21
2.1.5 Adequação .....	21
2.1.6 Instrumentalidade das formas.....	22
2.1.7 Duração razoável do processo .....	23
2.1.8 Promoção da gestão consensual dos conflitos.....	24
2.1.9 Autorregramento da vontade e negócios processuais .....	26
2.1.9.1 Negócios jurídicos processuais típicos e atípicos .....	27
2.1.9.2 Negócios jurídicos sobre títulos executivos.....	28
2.1.9.3 <i>Pactum de non exequendo</i> .....	30

2.1.9.4 Negócios jurídicos sobre impenhorabilidades .....	30
2.1.9.5 Negócios jurídicos sobre meios executórios .....	31
2.2 Normas fundamentais específicas da execução.....	33
2.2.1 Efetividade processual .....	33
2.2.2 Menor onerosidade da execução .....	36
2.2.3 Primazia da tutela específica .....	38
2.2.4 Atipicidade dos meios executórios.....	39
2.2.4.1 Poder geral de efetivação.....	39
2.2.4.2 Requisitos para deferimento de medidas atípicas .....	43
2.2.4.3 Exemplos de medidas executórias atípicas.....	47
2.2.4.4 Prisão civil como meio executório atípico .....	49
2.2.5 Responsabilidade patrimonial.....	54
2.2.6 Disponibilidade da execução .....	55
2.2.7 Responsabilidade do exequente.....	57
Capítulo 3 – Partes no processo de execução.....	61
3.1 Legitimidade ativa.....	61
3.2 Legitimidade passiva .....	64
3.3 Cumulação de execuções .....	67
3.4 Litisconsórcio na execução .....	68
3.5 Intervenção de terceiros na execução .....	69
Capítulo 4 – Título executivo .....	73
4.1 Considerações gerais.....	73
4.1.1 Natureza jurídica .....	73
4.1.2 Indispensabilidade do título executivo.....	74

4.1.3	Tipicidade legal dos títulos executivos .....	74
4.1.4	Questionamento judicial do título extrajudicial .....	76
4.1.5	Opção pelo processo de conhecimento .....	76
4.1.6	Título executivo extrajudicial estrangeiro .....	77
4.2	Títulos executivos judiciais .....	78
4.2.1	Decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa .....	78
4.2.2	Decisão homologatória de autocomposição judicial .....	83
4.2.3	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza .....	89
4.2.4	Formal e certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal .....	90
4.2.5	O crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial .....	91
4.2.6	Sentença penal condenatória transitada em julgado .....	92
4.2.7	Sentença arbitral .....	93
4.2.8	Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça .....	94
4.2.9	A decisão interlocutória estrangeira após a concessão do exequetur à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça ...	95
4.3	Títulos executivos extrajudiciais .....	96
4.3.1	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque .....	97
4.3.2	Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor .....	99

4.3.3 Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas .....	100
4.3.4 Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.....	102
4.3.5 Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução ...	105
4.3.6 Contrato de seguro de vida em caso de morte .....	106
4.3.7 Crédito decorrente de foro e laudêmio .....	107
4.3.8 Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.....	107
4.3.9 Certidão de Dívida Ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei .....	108
4.3.10 Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas.....	109
4.3.11 Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei .....	110
4.3.12 Todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.....	111
Capítulo 5 – Exigibilidade e inadimplemento .....	113
5.1 Obrigação .....	113
5.1.1 Liquidez .....	113

5.1.2 Certeza.....	114
5.1.3 Exigibilidade.....	115
5.2 Inadimplemento .....	115
5.2.1 Adimplemento parcial .....	116
5.2.2 Adimplemento superveniente.....	116
5.2.3 Prova do pagamento .....	117
5.2.4 <i>Exceptio non adimpleti contractus</i> .....	117
5.2.5 Inadimplemento relativo e absoluto .....	118
Capítulo 6 – Responsabilidade patrimonial .....	119
6.1 Devedor e responsável patrimonial .....	119
6.2 Delimitação temporal da responsabilidade patrimonial.....	120
6.3 Responsáveis patrimoniais .....	121
6.3.1 Responsabilidade do sucessor a título singular em caso de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória ....	121
6.3.2 Responsabilidade do espólio e do herdeiro .....	122
6.3.3 Responsabilidade do sócio .....	122
6.3.4 Responsabilidade de terceiros por bens do devedor em seu poder .....	123
6.3.5 Responsabilidade dos cônjuges ou companheiros.....	124
6.3.6 Responsabilidade decorrente da fraude à execução .....	124
6.3.7 Responsabilidade decorrente da fraude contra credores .....	125
6.3.8 Responsabilidade decorrente da desconsideração da personalidade jurídica.....	126

6.3.9 Responsabilidade no regime do direito de superfície sobre imóvel .....	128
6.3.10 Responsabilidade do fiador e o benefício de ordem .....	129
Capítulo 7 – Fraude à execução.....	131
7.1 Considerações iniciais.....	131
7.2 Hipóteses de fraude à execução .....	133
7.2.1 Fraude à execução por alienação ou oneração de bens sobre os quais pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver .....	133
7.2.2 Fraude à execução por alienação ou oneração de bens quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do artigo 828 .....	133
7.2.3 Fraude à execução por alienação ou oneração de bens quando tiver sido averbada, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude .....	135
7.2.4 Fraude à execução por alienação ou oneração de bens quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência .....	135
7.2.5 Fraude à execução nos demais casos expressos em lei .....	137
7.2.6 Fraude à execução na alienação ou oneração de bens não sujeitos a registro .....	138
7.3 Processamento .....	139
Capítulo 8 – Condução do processo e atos atentatórios à dignidade da Justiça .....	141
8.1 Poderes/deveres do juiz na condução do processo executivo .....	141

8.1.1 Ordem de comparecimento das partes.....	141
8.1.2 Advertência ao executado de que seu procedimento constitui ato atentatório à dignidade da justiça.....	142
8.1.3 Determinação de fornecimento de informações relacionadas ao objeto da execução .....	143
8.2 Atos atentatórios à dignidade da justiça .....	144
8.2.1 Considerações gerais.....	144
8.2.2 Condutas atentatórias à dignidade da justiça.....	145
8.2.3 Sanção processual.....	148
Capítulo 9 – Liquidação de sentença.....	153
9.1 Considerações gerais.....	153
9.2 Cabimento .....	154
9.3 Procedimento.....	155
9.4 Modalidades de liquidação .....	159
9.4.1 Liquidação por arbitramento .....	159
9.4.2 Liquidação pelo procedimento comum.....	161
Capítulo 10 – Disposições gerais sobre o cumprimento de sentença .....	163
10.1 Evolução da execução fundada em título judicial .....	163
10.2 Panorama do procedimento .....	164
10.3 Prazo prescricional .....	165
10.4 Protesto da decisão e negatização do nome do devedor.....	166
10.5 Competência .....	168
10.5.1 Foros concorrentes.....	170

10.5.2	Cooperação judiciária nacional nas demandas executórias....	172
10.6	Comunicação processual do devedor .....	176
10.7	Prazo para pagamento voluntário.....	178
Capítulo 11 – Impugnação ao cumprimento de sentença .....		181
11.1	Procedimento .....	181
11.2	Prazo para impugnação.....	183
11.3	Fundamentação .....	185
11.3.1	Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia .....	186
11.3.2	Ilegitimidade de parte .....	186
11.3.3	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação....	187
11.3.4	Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	188
11.3.5	Excesso de execução.....	188
11.3.6	Cumulação indevida de execuções.....	189
11.3.7	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução .....	189
11.3.8	Causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.....	190
11.4	Efeito suspensivo .....	191
11.5	Exceção de pré-executividade.....	192
Capítulo 12 – Cumprimento provisório da sentença.....		195
12.1	Considerações gerais.....	195
12.2	Responsabilidade do exequente pela reforma ou anulação da sentença .....	196
12.3	Caução .....	198

12.3.1 Exigência da caução .....	198
12.3.2 Dispensa da caução .....	200
12.4 Procedimento .....	204
Capítulo 13 – Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia .....	209
13.1 Pagamento espontâneo.....	209
13.2 Requerimento de cumprimento de sentença.....	211
13.3 Apreciação do demonstrativo do crédito .....	214
13.3.1 Suspeita de excesso no valor da execução .....	214
13.3.2 Dados necessários à elaboração do demonstrativo de crédito em poder de terceiros ou do executado .....	216
13.4 Multa por ausência de pagamento tempestivo .....	217
13.5 Honorários advocatícios.....	219
13.6 Ordem de penhora .....	220
Capítulo 14 – Disposições gerais sobre a execução autônoma .....	221
14.1 Considerações gerais.....	221
14.2 Competência .....	221
14.3 Cumprimento de atos executórios.....	222
14.4 Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.....	224
14.5 Petição inicial .....	225
14.6 Despacho inicial .....	227
14.7 Citação .....	229
Capítulo 15 – Embargos à execução .....	231
15.1 Considerações gerais.....	231
15.2 Procedimento dos embargos à execução .....	232
15.2.1 Oferecimento dos embargos à execução.....	232

15.2.2	Admissibilidade dos embargos à execução.....	234
15.2.3	Manifestação do embargado e instrução .....	235
15.2.4	Julgamento e recurso.....	237
15.3	Fundamentos dos embargos à execução .....	238
15.3.1	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação....	238
15.3.2	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	239
15.3.3	Excesso de execução.....	239
15.3.4	Cumulação indevida de execuções .....	240
15.3.5	Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis .....	240
15.3.6	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução .....	241
15.3.7	Qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento .....	241
15.4	Efeito suspensivo .....	241
15.4.1	Requisitos para a concessão do efeito suspensivo .....	242
15.4.2	Limites do efeito suspensivo .....	243
15.4.3	Revisão da decisão relativa ao efeito suspensivo .....	244
15.4.4	Agravo de instrumento .....	244
15.5	Exceção de pré-executividade .....	245
15.6	Parcelamentos do crédito.....	246
15.6.1	Natureza jurídica e cabimento.....	246
15.6.2	Requisitos.....	247
15.6.3	Processamento .....	248
Capítulo 16 – Processo de execução de quantia certa contra devedor solvente.....		251
16.1	Petição inicial.....	251

16.2 Requerimento de intimação de terceiros indiretamente atingidos pela penhora.....	254
16.3 Averbação premonitória.....	255
16.3.1 Averbação da execução admitida pelo juiz .....	256
16.3.2 Averbação da propositura da execução .....	257
16.4 Ordem de citação do devedor.....	259
16.5 Arresto executivo .....	260
Capítulo 17 – Penhora, depósito e avaliação de bens.....	263
17.1 Considerações gerais .....	263
17.2 Objeto da penhora.....	264
17.2.1 Utilidade da penhora .....	265
17.2.2 Ordem de bens penhoráveis .....	266
17.2.3 Intimação da penhora .....	267
17.3 Impenhorabilidades .....	268
17.3.1 Considerações gerais.....	268
17.3.2 Impenhorabilidade dos bens de família .....	269
17.3.3 Impenhorabilidade de bens inalienáveis e dos declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução .....	270
17.3.4 Impenhorabilidade de móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou os que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida .....	272
17.3.5 Impenhorabilidade de vestuários, bem como de pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor .....	273
17.3.6 Impenhorabilidade de vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios, bem como de quantias	

recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, ganhos de trabalhador autônomo e honorários de profissional liberal.....	274
17.3.7 Impenhorabilidade de livros, máquinas, ferramentas, utensílios, instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado.....	277
17.3.8 Impenhorabilidade do seguro de vida .....	279
17.3.9 Impenhorabilidade dos materiais necessários para obras em andamento, salvo se elas forem penhoradas .....	280
17.3.10 Impenhorabilidade da pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família .....	281
17.3.11 Impenhorabilidade dos recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social.....	283
17.3.12 Impenhorabilidade da quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos.....	283
17.3.13 Impenhorabilidade dos recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei ....	285
17.3.14 Impenhorabilidade dos créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra .....	285
17.3.15 Penhorabilidade subsidiária dos frutos e rendimentos dos bens inalienáveis .....	286
17.4 Documentação da penhora .....	286
17.5 Lugar de realização da penhora.....	288
17.6 Modificação da penhora .....	290
17.6.1 Substituição da penhora requerida pelo executado.....	291
17.6.2 Substituição da penhora requerida por qualquer das partes...	292

17.6.3 Redução, ampliação e renovação da penhora .....	293
17.6.4 Alienação antecipada de bens .....	294
17.7 Modalidades especiais de penhora.....	294
17.7.1 Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira ...	294
17.7.2 Penhora de créditos.....	299
17.7.3 Penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas .....	301
17.7.4 Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	301
17.7.5 Penhora de percentual de faturamento de empresa .....	302
17.7.6 Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel ....	304
17.8 Averbação da penhora no registro do bem .....	305
17.9 Depósito .....	306
17.10 Avaliação .....	307
Capítulo 18 – Expropriação de bens.....	311
18.1 Considerações gerais.....	311
18.2 Adjudicação.....	312
18.3 Alienação por iniciativa particular.....	315
18.4 Alienação por leilão judicial .....	316
18.4.1 Disposições gerais.....	316
18.4.2 Decisão que determina a realização do leilão.....	317
18.4.3 Edital do leilão .....	319
18.4.4 Leilão e arrematação .....	321

18.4.5 Aperfeiçoamento da arrematação .....	324
18.4.6 Vícios da arrematação.....	325
Capítulo 19 – Satisfação do crédito .....	327
19.1 Formas de satisfação do crédito .....	327
19.2 Pluralidade de credores ou exequentes.....	328
Capítulo 20 – Tutela específica e tutela pelo resultado prático equivalente ....	329
20.1 Tutelas específicas .....	329
20.2 Tutela inibitória .....	331
20.3 Tutela de remoção de ilícito.....	333
20.4 Tutela ressarcitória.....	333
Capítulo 21 – Execução das obrigações de entregar coisa .....	335
21.1 Disposições gerais.....	335
21.2 Mecanismos executórios .....	336
21.3 Retenção e indenização por benfeitorias .....	338
Capítulo 22 – Execução das obrigações de fazer e de não fazer .....	339
22.1 Considerações gerais.....	339
22.2 Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer .....	342
22.3 Execução das obrigações de fazer ou de não fazer fundada em título extrajudicial.....	342
22.4 Execução da tutela específica por terceiro à custa do executado .....	343
22.5 Execução da tutela pelo equivalente em dinheiro .....	345
Capítulo 23 – Multa coercitiva .....	347
23.1 Considerações gerais.....	347
23.2 Destinatário da multa.....	348

23.3 Cabimento.....	349
23.4 Critérios para fixação da multa coercitiva .....	351
23.4.1 Intimação do devedor e prazo para cumprimento do preceito .....	352
23.4.2 Periodicidade da incidência da multa.....	353
23.4.3 Valor da multa .....	354
23.5 Modificação ou exclusão da multa .....	359
23.5.1 Alteração do valor e da periodicidade da multa vincenda .....	359
23.5.2 Modificação da multa vencida.....	360
23.5.3 Exclusão da multa.....	362
23.6 Execução da multa .....	364
Capítulo 24 – Execução de obrigação de prestar alimentos.....	365
24.1 Considerações gerais.....	365
24.2 Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos .....	367
24.2.1 Regras gerais .....	367
24.2.2 Definição, mudança e cumulação de meios executórios .....	368
24.3 Processo de execução de alimentos .....	371
24.4 Medidas executórias para satisfação de obrigação de prestar alimentos.....	372
24.4.1 Prisão civil.....	372
24.4.2 Penhora e expropriação de bens.....	378
24.4.3 Desconto em folha.....	379
24.5 Execução de alimentos indenizatórios.....	381
Capítulo 25 – Execução contra a Fazenda Pública.....	383
25.1 Considerações gerais.....	383

2.5.1	Legitimidade .....	384
25.2	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública .....	385
25.2.1	Impugnação ao cumprimento de sentença .....	386
25.3	Processo de execução contra a Fazenda Pública.....	387
25.3.1	Honorários.....	388
25.3.2	Embargos à execução contra a Fazenda Pública .....	389
25.4	Precatório .....	391
25.4.1	Expedição do precatório e sua tramitação perante o tribunal.....	391
25.4.2	Formação da ordem cronológica e pagamentos preferenciais .....	393
25.4.3	Inclusão do crédito na proposta orçamentária e pagamento.....	395
25.4.4	Financiamento e parcelamento de precatórios.....	396
25.4.5	Cessão de crédito inscrito em precatórios .....	397
25.4.6	O inadimplemento dos precatórios e suas consequências: se- questro e intervenção.....	398
25.5	Regime especial de precatório.....	401
25.5.1	Instituição do regime especial .....	401
25.5.2	Principais regras específicas .....	402
25.5.3	Utilização de depósitos judiciais para a satisfação de precatórios .....	403
25.6	Requisição de Pequeno Valor (RPV).....	404
Capítulo 26	– Execução fiscal.....	409
26.1	Considerações gerais.....	409
26.2	Legitimidade ativa e passiva.....	410
26.3	Competência .....	411

26.4	Dispensa da execução fiscal para créditos de pequeno valor .....	412
26.5	Ato atentatório à dignidade da justiça e fraude à execução .....	413
26.6	Petição inicial .....	414
26.7	Certidão de Dívida Ativa (CDA).....	415
26.8	Despacho inicial e citação.....	418
26.9	Penhora e avaliação de bens .....	419
26.10	Expropriação de bens.....	422
26.11	Indisponibilidade de bens do artigo 185-A do CTN .....	423
26.12	Suspensão por ausência de bens e prescrição intercorrente.....	424
26.13	Satisfação do crédito .....	425
26.14	Recurso .....	426
26.15	Embargos à execução fiscal.....	427
Capítulo 27	– Execução por quantia certa contra devedor insolvente .....	431
27.1	Considerações gerais.....	431
27.2	Insolvabilidade.....	432
27.3	Legitimidade .....	432
27.4	Fase cognitiva.....	434
27.5	Fase executória.....	435
Capítulo 28	– Suspensão e extinção do processo executivo.....	439
28.1	Hipóteses de suspensão .....	439
28.1.1	Prescrição intercorrente .....	442
28.2	Extinção.....	445
Bibliografia	.....	449